



Prefeitura Municipal de Diamantina

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 004/2024

OBJETO

Chamamento Público para Credenciamento, **na forma eletrônica**, de laboratório de análises clínicas para realização de exames de apoio à diagnose, em atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina-MG.

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Os pedidos de credenciamento e documentação pertinente deverão ser inseridos **a partir das 09:00h, de 14/11/2024, direta e exclusivamente** por intermédio da plataforma eletrônica da BLLCompras **<https://bll.org.br/>**.

DA CONTRATAÇÃO

Os credenciados até a data de formalização da demanda do procedimento de Inexigibilidade de Licitação serão devidamente convocados para a contratação e a demanda será distribuída equitativamente na forma do item 2, subitem 2.2. do Anexo I – Termo de Referência. Após a primeira formalização, havendo surgimento de novas demandas para contratação, a demanda será distribuída de forma equitativa dentre todos os credenciados, na forma do item 2, subitem 2.2. do Anexo I – Termo de Referência, e assim sucessivamente

RECURSO

Emenda Impositiva 05/2023 – R\$49.143,71 - Vereador Cássio Moreira
Emenda Impositiva 62/2023 – R\$ 54.407,62 - Vereador Antônio Aparecido Soares
Emenda Impositiva 63/2023 – R\$ 96.448,67 - Vereadora Celme Cunha
Recurso Federal – R\$ 617.408,96



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Sumário

1	DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES.....	3
2	DO OBJETO.....	4
3	DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA O CREDENCIAMENTO	4
4	DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO.....	4
5	DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ATENDIMENTO	5
6	DA CONVOCAÇÃO/CONTRATAÇÃO	7
7	DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO	7
8	DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO	8
9	DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO	8
10	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO	8
11	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8
12	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	8
13	DOS RECURSOS.....	9
14	DA PUBLICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO	9
15	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	9
16	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	11
	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.....	13
	ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA	29
	ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO	41
	ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INC. XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	42
	ANEXO V - DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA.....	43
	ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA.....	44
	ANEXO VII - REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO	45
	ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO.....	46



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Diamantina

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO NA FORMA
ELETRÔNICA Nº 004/2024
Processo Administrativo nº 107/2024**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Diamantina/MG, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos Administrativos, vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão, sediada na Rua Coronel Caetano Mascarenhas, nº. 16, Rio Grande, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, realizará CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO, **na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 24, de 11 de janeiro de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Os interessados deverão, primeiramente, cadastrar-se na plataforma eletrônica do credenciamento, no endereço eletrônico <https://bll.org.br/>, ao acessar a opção: “Adesão → Adesão fornecedor”.
- 1.2. Cadastrada senha de acesso, será liberado o acesso à área logada.
- 1.3. Quaisquer esclarecimentos e informações aos interessados no que diz respeito ao cadastro na plataforma poderão ser **direcionados diretamente** à plataforma BLLCompras, telefone: (41)3149-9300.
- 1.4. O edital do presente procedimento está disponível gratuitamente no endereço eletrônico: <https://www.diamantina.mg.gov.br/portal/editais/1>.
- 1.5. Poderá o participante credenciar-se em mais de um item.
- 1.6. Os documentos de habilitação deverão ser inseridos, diretamente e exclusivamente, na plataforma eletrônica (<https://bll.org.br/>), **a partir das 09:00h, de 14/11/2024**.
- 1.7. **Não serão considerados** para fins de habilitação/credenciamento documentos enviados de maneira diversa da prevista neste edital, tais como: remessa por correio, ou protocolo físico em qualquer setor da Prefeitura Municipal de Diamantina.
- 1.8. Os interessados assumem todos os custos e logística de preparação e inserção de suas propostas para fins de participação no certame, sendo que a Administração não será, em qualquer caso, responsável por esses custos ou ônus, independentemente da condução ou do resultado do procedimento de credenciamento.
- 1.9. Quaisquer esclarecimentos e informações aos interessados no que diz respeito ao presente Edital poderão ser esclarecidas pela Gerência de Licitações, nos telefones: (38) 3531-7032, no horário das 08:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail: licitacao@diamantina.mg.gov.br.
- 1.10. O Município não está obrigado a solicitar/contratar os serviços do credenciado em caso de ausência de demanda que o justifique.



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2 DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto deste Edital o Chamamento Público para fins de Credenciamento, na **forma eletrônica**, de laboratório de análises clínicas para realização de exames de apoio à diagnose, em atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina-MG, que preencham os requisitos constantes no presente edital, nos termos deste instrumento e seus anexos.
- 2.2. A relação de serviços a serem contratados, bem como as metas e os valores financeiros estimados, estão descritos no Termo de Referência - Anexo I e apêndices deste Edital.
- 2.3. A forma, prazo e local de prestação/entrega dos serviços são as previstas no termo de referência.

3 DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA O CREDENCIAMENTO

- 3.1. Poderão participar do credenciamento as empresas interessadas em prestar os serviços de que trata o presente edital, desde que atendam às exigências e condições nele estabelecidas.
- 3.2. A observância dos requisitos constantes no presente edital é de inteira responsabilidade da empresa credenciada que, pelo seu descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.
- 3.3. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse em participar do presente CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO NA FORMA ELETRÔNICA implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos.
- 3.4. O credenciamento será conferido aos interessados com capacidade técnica e regularidade jurídico-fiscal, que não estejam sofrendo os efeitos das penalidades de suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas da Secretaria Municipal de Saúde, do direito administrativo e do presente edital.
- 3.5. Será vedada a participação do credenciando:
 - a) declarado inidôneo por ato do Poder Público;
 - b) impedido de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;
 - c) possuírem pendência financeira ou contratual perante o Município de Diamantina/MG;
- 3.6. O Município reserva-se no direito de fiscalizar de forma permanente a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder com o descredenciamento em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico, resguardado o contraditório e da ampla defesa.
- 3.7. A observância das vedações supramencionadas é de inteira responsabilidade do licitante/aderente que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4 DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

- 4.1. O procedimento para Credenciamento será composto pelas seguintes fases:
 - a) **Divulgação do Chamamento: 14/11/2024**, através de publicação de aviso no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e jornal O Tempo e disponibilização do edital, na íntegra, no
-



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

endereço eletrônico www.diamantina.mg.gov.br, na plataforma digital (<https://bll.org.br/>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

- b) Inserção dos documentos de habilitação, exclusivamente, na plataforma eletrônica (<https://bll.org.br/>), **a partir das 09:00h de 14/11/2024.**
- c) Análise da habilitação: em até **05 (cinco) dias úteis** após o regular protocolo dos documentos na plataforma digital.
- d) Divulgação dos nomes dos prestadores de serviços habilitados: após o término da análise, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no endereço eletrônico www.diamantina.mg.gov.br e na plataforma (<https://bll.org.br/>).
- e) Ratificação: após o decurso do prazo recursal.

5 DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ATENDIMENTO

- 5.1. O preenchimento da proposta implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, bem como no compromisso de observar regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis à espécie.

- 5.2. Modelo da proposta (Anexo II).

5.3. REGULARIDADE JURÍDICA:

- 5.3.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações constantes no Anexo III deste Edital e do contrato.
- 5.3.2. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(s) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.
- 5.3.3. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 5.3.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;
- 5.3.5. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 5.3.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 5.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;
- 5.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, ou Municipal, conforme o caso, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 5.4.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, INSS, Estadual e Municipal da sede do licitante;
- 5.4.4. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 5.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 5.4.6. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

5.5. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 5.5.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 90 (noventa) dias;

5.6. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 5.6.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.
- 5.6.2. Comprovação de registro do estabelecimento da empresa proponente no conselho profissional regional competente, nos termos do artigo 1º, da Lei Federal nº 6.839/1980, dentro do prazo de validade.
- 5.6.3. Comprovação do registro da empresa proponente no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, compatível com o objeto a ser contratado.
- 5.6.4. Comprovação de registro dos profissionais inscritos no CNES da proponente, os quais irão executar a prestação de serviço, compatível com a especialidade do objeto deste termo.
- 5.6.5. Comprovação de registro profissional no conselho regional (Minas Gerais) competente, compatível com a especialidade do objeto deste termo, de todos os profissionais que pertençam ao quadro profissional da empresa e que serão os responsáveis pela prestação do serviço.
- 5.6.6. Certificação referente à especialidade profissional, atestando a habilitação de todos os profissionais que pertençam ao quadro profissional da empresa e que serão os responsáveis pela prestação do serviço.

5.7. **DECLARAÇÕES:**

- 5.7.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (ver modelo no anexo III);
- 5.7.2. Requerimento de Credenciamento (ver anexo VII).
- 5.7.3. Declaração que não pertence ao quadro de servidores públicos do Município (ver modelo no Anexo V).
- 5.7.4. Declaração de que não emprega menor, em caso de pessoa jurídica (ver modelo no Anexo IV).
- 5.7.5. Declaração de anuência, ou seja, ciência sobre todas as condições constantes no edital (ver modelo no Anexo VI).



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 5.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Agente de Contratação/Comissão considerará inabilitado e, conseqüentemente não credenciado, o profissional/empresa interessado (a).
- 5.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) Em nome do interessado e ou representante legal e, preferencialmente, com número do CPF, telefone, e-mail e o endereço.
 - b) Com a validade vigente até 10 (dez) dias após o protocolo na plataforma eletrônica de credenciamento, exceto os documentos que não constem data de vencimento, sendo considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa dias) a contar da data de emissão.

6 DA CONVOCAÇÃO/CONTRATAÇÃO

- 6.1. Encerrado o procedimento, a empresa classificada será convocada para firmar o termo de contrato de prestação de serviços, conforme minuta do Anexo VIII, através de procedimento próprio de inexigibilidade de licitação.
- 6.2. O credenciado a ser contratado deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 6.3. Caso o credenciado a ser contratado não apresente situação regular no ato da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os credenciados remanescentes, observado o critério previsto no item seguinte.
- 6.3.1. Em se tratando de contratação paralela e não excludente, o critério de definição de ordem da contratação será a **ordem de inscrição**.
- 6.4. A empresa credenciada a ser contratada que houver sido classificada, devidamente convocada, deverá assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail.
- 6.5. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

7 DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1. O preço unitário de cada serviço encontra-se previsto no Termo de Referência e seus anexos/apêndices.
- 7.2. O Município de Diamantina pagará à empresa credenciada a importância correspondente aos serviços contratados e efetivamente prestados.
- 7.3. É vedado o pagamento de sobretaxas em relação à tabela adotada ou o cometimento a terceiros.
- 7.4. Demais informações quanto ao modo e o tempo do pagamento constarão do Termo de Referência, parte integrante deste edital.



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

8 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 8.1. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do credenciamento do interessado, especialmente para a assinatura do contrato respectivo.
- 8.2. **A administração deve permitir o cadastramento permanente de novos interessados.**
- 8.2.1. Haverá republicação do edital, com periodicidade não superior a doze meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento, como eventuais adequações necessárias, especialmente nos termos do art. 10, §3º, do Decreto nº 24, de 11 de janeiro de 2024.
- 8.2.1.1. Para fins de atualização dos preços, será utilizado o reajuste eventualmente aplicado conforme tabela SUS, quando houver.

9 DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 9.1. Deverão ser observadas todas as obrigações constantes nos Apêndices e Anexos do presente edital.

10 DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 10.1. Deverão ser observadas todas as obrigações constantes nos Apêndices e Anexos do presente edital.

11 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. Deverão ser observadas as dotações constantes nos Apêndices e Anexos do presente edital.

12 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo inserir o pedido na plataforma eletrônica em até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A inserção do pedido de impugnação e/ou esclarecimento deverá ser realizada diretamente e exclusivamente, na plataforma eletrônica do credenciamento.
- 12.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na plataforma, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será publicado novo edital.



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

13 DOS RECURSOS

- 13.1. O interessado tem o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar recurso, a partir da data da publicação do indeferimento do Credenciamento, sob pena da perda do direito de se manifestar.
- 13.2. Os recursos deverão ser protocolados diretamente, e exclusivamente, na plataforma eletrônica do credenciamento.

14 DA PUBLICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

- 14.1. Decididos os recursos porventura interpostos e, constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, será devidamente publicado o resultado do credenciamento no Diário Municipal dos Municípios Mineiros.

15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o credenciando que, com dolo ou culpa:
 - 15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada aos termos do edital;
 - 15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 15.1.2.3. Deixar de apresentar amostra; ou
 - 15.1.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 15.1.3.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 15.1.3.3. Fraudar a licitação
 - 15.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 15.1.3.5. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.3.6. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 15.1.3.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 15.1.3.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
 - 15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 15.2.1. Advertência;
 - 15.2.2. Multa;
 - 15.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
-



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias
-



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 15.15. São causas de descredenciamento: a reincidência no descumprimento de qualquer das condições elencadas no presente Edital e seus anexos, no contrato a ser firmado, ou ainda, a prática de atos que caracterizem má fé quanto à execução do objeto contratado.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Agente de Contratação/Comissão.
- 16.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.3. A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à contratação.
- 16.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante/interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.7. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.diamantina.mg.gov.br/>.
- 16.8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 16.8.1. Anexo I – Termo de Referência;
 - 16.8.2. Anexo II – Modelo de Proposta;



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 16.8.3. Anexo III– Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
16.8.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de que não emprega menor, em caso de pessoa jurídica;
16.8.5. Anexo V – Modelo de Declaração de não vinculação empregatícia com o Município de Diamantina;
16.8.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de Anuência;
16.8.7. Anexo VII - Requerimento de Credenciamento;
16.8.8. Anexo VIII – Minuta de Contrato.
Diamantina, 07 de novembro de 2024.

Juliana Dias Pereira da Silva
Agente de Contratação



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Credenciamento de laboratórios de análises clínicas para realização de exames laboratoriais para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina-MG.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1.

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20201 - Exames bioquímicos

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202010023 DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	2,01	216	434,16
202010031 DETERMINACAO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOACIDOS	15,65	10	156,50
202010040 DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	3,63	236	856,68
202010074 DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	10	58	580,00
202010104 DOSAGEM DE ACETONA	1,85	32	59,20
202010120 DOSAGEM DE ACIDO URICO	1,85	3.212	5.942,20
202010139 DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	9	4	36,00
202010147 DOSAGEM DE ALDOLASE	3,68	18	66,24
202010163 DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	3,68	46	169,28
202010180 DOSAGEM DE AMILASE	2,25	902	2.029,50
202010198 DOSAGEM DE AMONIA	3,51	6	21,06



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202010201 DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	2,01	1.362	2.737,62
202010210 DOSAGEM DE CALCIO	1,85	1.646	3.045,10
202010228 DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	3,51	224	786,24
202010252 DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	3,68	2	7,36
202010260 DOSAGEM DE CLORETO	1,85	1.504	2.782,40
202010279 DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	3,51	3.918	13.752,18
202010287 DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	3,51	3.282	11.519,82
202010295 DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	1,85	11.230	20.775,50
202010309 DOSAGEM DE COLINESTERASE	3,68	26	95,68
202010317 DOSAGEM DE CREATININA	1,85	6.886	12.739,10
202010325 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	3,68	784	2.885,12
202010333 DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	4,12	646	2.661,52
202010368 DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	3,68	330	1.214,40
202010384 DOSAGEM DE FERRITINA	15,59	566	8.823,94
202010392 DOSAGEM DE FERRO SERICO	3,51	978	3.432,78
202010406 DOSAGEM DE FOLATO	15,65	148	2.316,20
202010414 DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	2,01	20	40,20
202010422 DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	2,01	1.226	2.464,26
202010430 DOSAGEM DE FOSFORO	1,85	1.064	1.968,40
202010449 DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	2,01	30	60,30
202010465 DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	3,51	834	2.927,34
202010473 DOSAGEM DE GLICOSE	1,85	17.408	32.204,80



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202010481 DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	3,68	2	7,36
202010503 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	7,86	1.040	8.174,40
202010538 DOSAGEM DE LACTATO	3,68	36	132,48
202010554 DOSAGEM DE LIPASE	2,25	112	252,00
202010562 DOSAGEM DE MAGNESIO	2,01	642	1.290,42
202010570 DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	2,01	662	1.330,62
202010600 DOSAGEM DE POTASSIO	1,85	5.086	9.409,10
202010619 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	1,4	170	238,00
202010627 DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1,85	1.100	2.035,00
202010635 DOSAGEM DE SODIO	1,85	3.292	6.090,20
202010643 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	2,01	1.648	3.312,48
202010651 DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	2,01	2.030	4.080,30
202010660 DOSAGEM DE TRANSFERRINA	4,12	328	1.351,36
202010678 DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	3,51	6.664	23.390,64
202010694 DOSAGEM DE UREIA	1,85	5.962	11.029,70
202010708 DOSAGEM DE VITAMINA B12	15,24	152	2.316,48
202010724 ELETROFORESE DE PROTEINAS	4,42	76	335,92
202010732 GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)	15,65	606	9.483,90
202010759 TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTE ORAIS	6,55	2	13,10
Soma:		88.464	223.864,54



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20202 - Exames hematológicos e hemostasia

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202020029 CONTAGEM DE PLAQUETAS	2,73	3.328	9.085,44
202020037 CONTAGEM DE RETICULOCITOS	2,73	482	1.315,86
202020045 DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	2,73	4	10,92
202020070 DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	2,73	120	327,60
202020096 DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	2,73	88	240,24
202020100 DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	9	80	720,00
202020126 DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	2,85	46	131,10
202020134 DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	5,77	1.186	6.843,22
202020142 DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	2,73	2.090	5.705,70
202020150 DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO (VHS)	2,73	1.904	5.197,92
202020169 DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	4,11	10	41,10
202020177 DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	6,48	2	12,96
202020193 DOSAGEM DE FATOR IX	7,61	2	15,22
202020215 DOSAGEM DE FATOR VII	8,09	2	16,18
202020223 DOSAGEM DE FATOR VIII	6,63	10	66,30
202020231 DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	15	6	90,00



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202020290 DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	4,6	84	386,40
202020304 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	1,53	324	495,72
202020320 DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	2,73	42	114,66
202020355 ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	5,41	140	757,40
202020363 ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	2,73	336	917,28
202020371 HEMATOCRITO	1,53	538	823,14
202020380 HEMOGRAMA COMPLETO	4,11	20.910	85.940,10
202020398 LEUCOGRAMA	2,73	76	207,48
202020410 PESQUISA DE CELULAS LE	4,11	40	164,40
202020444 PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	2,73	64	174,72
202020460 PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	2,73	12	32,76
202020495 PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	2,73	90	245,70
202020509 PROVA DO LACO	2,73	94	256,62
202020525 TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	12	16	192,00
202020541 TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	2,73	160	436,80
Soma:		32.286	120.964,94

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20203 - Exames sorológicos e imunológicos

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202030067 DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	9,25	4	37,00
202030075 DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	2,83	1.172	3.316,76



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202030083 DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	9,25	1.010	9.342,50
202030091 DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	15,06	26	391,56
202030105 DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	16,42	2.564	42.100,88
202030113 DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	13,55	8	108,40
202030121 DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	17,16	36	617,76
202030130 DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	17,16	32	549,12
202030148 DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	2,83	2	5,66
202030156 DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	17,16	28	480,48
202030164 DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	9,25	50	462,50
202030180 DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	17,16	32	549,12
202030202 DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	2,83	1.936	5.478,88
202030237 IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	80	2	160,00
202030253 PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	10	12	120,00
202030261 PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	10	10	100,00
202030270 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	8,67	22	190,74
202030318 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	18,55	130	2.411,50
202030326 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	17,16	10	171,60
202030334 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	5,74	188	1.079,12
202030342 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	17,16	10	171,60
202030350 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	18,55	14	259,70
202030369 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	18,55	6	111,30



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202030407 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	3,7	10	37,00
202030423 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	10	6	60,00
202030458 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	10	4	40,00
202030466 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	9,7	112	1.086,40
202030474 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	2,83	704	1.992,32
202030555 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	17,16	210	3.603,60
202030563 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	17,16	2	34,32
202030580 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	17,16	2	34,32
202030598 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	17,16	458	7.859,28
202030601 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	17,16	6	102,96
202030628 PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	17,16	58	995,28
202030636 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	18,55	508	9.423,40
202030644 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	18,55	42	779,10
202030679 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	18,55	922	17.103,10
202030695 PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	9,25	2	18,50
202030725 PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	17,16	6	102,96
202030733 PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTA O VIRUS EPSTEIN-BARR	2,83	30	84,90



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202030741 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	11	166	1.826,00
202030750 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	9,25	4	37,00
202030768 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	16,97	1.144	19.413,68
202030776 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	9,25	218	2.016,50
202030784 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	18,55	318	5.898,90
202030806 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55	60	1.113,00
202030814 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	540	9.266,40
202030822 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17,16	2	34,32
202030830 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	17,16	12	205,92
202030849 PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	17,16	8	137,28
202030857 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	11,61	66	766,26
202030865 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	10	8	80,00
202030873 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	18,55	1.206	22.371,30
202030881 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	9,25	116	1.073,00
202030890 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	18,55	164	3.042,20



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202030911 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55	106	1.966,30
202030920 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16	468	8.030,88
202030938 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17,16	2	34,32
202030946 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	17,16	10	171,60
202030954 PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	17,16	4	68,64
202030962 PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	13,35	82	1.094,70
202030970 PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	18,55	1.740	32.277,00
202030989 PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	18,55	42	779,10
202030997 PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	60	20	1.200,00
202031004 PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	2,8	2	5,60
202031012 PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	4,1	150	615,00
202031039 PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	9,25	14	129,50
202031047 PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	10	470	4.700,00
202031098 TESTE TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	4,1	50	205,00
202031110 TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	2,83	1.498	4.239,34
202031128 TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	10	134	1.340,00



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202031136 TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	10	28	280,00
202031152 TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	1,77	16	28,32
202031179 TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTES	2,83	1.580	4.471,40
Soma:		20.834	240.492,08

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20204 - Exames coprológicos

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202040020 DOSAGEM DE GORDURA FECAL	3,04	2	6,08
202040038 EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	3,04	892	2.711,68
202040054 PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	1,65	4	6,60
202040062 PESQUISA DE EOSINOFILOS	1,65	2	3,30
202040070 PESQUISA DE GORDURA FECAL	1,65	4	6,60
202040089 PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	1,65	236	389,40
202040097 PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	1,65	14	23,10
202040119 PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	1,65	32	52,80
202040127 PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	1,65	7.808	12.883,20
202040143 PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	1,65	504	831,60
202040151 PESQUISA DE SUBSTANCIAIS REDUTORAS NAS FEZES	1,65	14	23,10
Soma:		9.512	16.937,46



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20205 - Exames de uroanálise

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202050017 ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	3,7	14.648	54.197,60
202050025 CLEARANCE DE CREATININA	3,51	238	835,38
202050041 CLEARANCE DE UREIA	3,51	2	7,02
202050076 IDENTIFICAÇÃO DE GLICÍDIOS URINÁRIOS POR CROMATOGRAFIA (CAMADA DELGADA)	3,7	2	7,40
202050084 DOSAGEM DE CITRATO	2,01	32	64,32
202050092 DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	8,12	6	48,72
202050106 DOSAGEM DE OXALATO	3,68	6	22,08
202050114 DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	2,04	338	689,52
202050157 PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	2,04	10	20,40
202050181 PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	2,4	42	100,80
202050190 PESQUISA DE CISTINA NA URINA	2,04	2	4,08
202050211 PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	3,7	60	222,00
202050220 PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	2,04	10	20,40
202050289 PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	3,7	2	7,40
202050319 PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	2,04	10	20,40
202050327 PROVA DE DILUICAO (URINA)	2,04	10	20,40
Soma:		15.418	56.287,92



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20206 - Exames hormonais

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202060047 DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	10,2	16	163,20
202060080 DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	14,12	2	28,24
202060098 DOSAGEM DE ALDOSTERONA	11,89	4	47,56
202060110 DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	11,53	16	184,48
202060136 DOSAGEM DE CORTISOL	9,86	38	374,68
202060144 DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	11,25	8	90,00
202060152 DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	11,71	2	23,42
202060160 DOSAGEM DE ESTRADIOL	10,15	142	1.441,30
202060179 DOSAGEM DE ESTRIOL	11,55	6	69,30
202060187 DOSAGEM DE ESTRONA	11,12	12	133,44
202060217 DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	7,85	728	5.714,80
202060225 DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	10,21	18	183,78
202060233 DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	7,89	418	3.298,02
202060241 DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	8,97	276	2.475,72



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202060250 DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	8,96	4.282	38.366,72
202060268 DOSAGEM DE INSULINA	10,17	38	386,46
202060276 DOSAGEM DE PARATORMONIO	43,13	242	10.437,46
202060292 DOSAGEM DE PROGESTERONA	10,22	60	613,20
202060306 DOSAGEM DE PROLACTINA	10,15	252	2.557,80
202060314 DOSAGEM DE RENINA	13,19	2	26,38
202060322 DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	15,35	16	245,60
202060330 DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	13,11	24	314,64
202060349 DOSAGEM DE TESTOSTERONA	10,43	116	1.209,88
202060357 DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	13,11	8	104,88
202060365 DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15,35	12	184,20
202060373 DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	8,76	622	5.448,72
202060381 DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11,6	2.294	26.610,40
202060390 DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	8,71	374	3.257,54
Soma:		10.028	103.991,82

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20207 - Exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202070026 DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	2,23	2	4,46
202070042 DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	2,04	8	16,32
202070050 DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	15,65	16	250,40
202070077 DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	2,01	6	12,06



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202070085 DOSAGEM DE ALUMINIO	27,5	76	2.090,00
202070115 DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	10	6	60,00
202070123 DOSAGEM DE BARBITURATOS	13,13	40	525,20
202070131 DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	13,48	6	80,88
202070158 DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	17,53	44	771,32
202070174 DOSAGEM DE CHUMBO	8,83	4	35,32
202070190 DOSAGEM DE COBRE	3,51	2	7,02
202070204 DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	8,97	8	71,76
202070220 DOSAGEM DE FENITOINA	35,22	20	704,40
202070255 DOSAGEM DE LITIO	2,25	48	108,00
Soma:		286	4.737,14

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20208 - Exames microbiológicos

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202080013 ANTIBIOGRAMA	4,98	1.392	6.932,16
202080021 ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	13,33	184	2.452,72
202080048 BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	4,2	120	504,00
202080056 BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	4,2	94	394,80
202080072 BACTERIOSCOPIA (GRAM)	2,8	1.944	5.443,20



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202080080 CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	5,62	4.296	24.143,52
202080110 CULTURA PARA BAAR	5,63	58	326,54
202080129 CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	10,25	14	143,50
202080137 CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	4,19	154	645,26
202080145 EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	2,8	376	1.052,80
202080153 HEMOCULTURA	11,49	156	1.792,44
202080161 IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	5,63	70	394,10
202080196 PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	4,33	2	8,66
202080234 PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	5,04	6	30,24
Soma:		8.866	44.263,94

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20209 - Exames em outros líquidos biológicos

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202090019 ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOIAL E DERRAMES	1,89	96	181,44
202090051 CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	1,89	98	185,22
202090060 CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	2,01	10	20,10
202090108 DOSAGEM DE FRUTOSE	1,89	6	11,34
202090124 DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOIAL E DERRAMES	1,89	6	11,34



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202090132 DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVAL E DERRAMES	1,89	96	181,44
202090183 EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CELULAS	1,89	10	18,90
202090191 MIELOGRAMA	5,79	12	69,48
202090230 PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	1,89	38	71,82
202090264 PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	4,8	20	96,00
202090299 PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SOROTIP	1,89	6	11,34
202090329 REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVAL E DERRAMES	1,89	16	30,24
Soma:		318	707,22

Grupo: 2 - Procedimentos com finalidade diagnostica

Subgrupo: 202 - Diagnóstico em laboratório clínico

Forma de Organização: 20212 - Exames imunohematológicos

Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual
202120023 DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	1,37	1.212	1.660,44
202120031 FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	10,65	52	553,80
202120040 IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	10,65	12	127,80
202120066 PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37OC	5,79	42	243,18
202120082 PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	1,37	1.352	1.852,24
202120090 TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	2,73	248	677,04



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

202120104 TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	5,79	60	347,40
Soma:		2.978	5.461,90

2.2. Enquanto o credenciamento estiver aberto, todos os participantes que preencherem os requisitos previamente fixados serão contratados e o valor total da contratação será dividido em partes iguais dentre os credenciados.

3.JUSTIFICATIVA

3.1. Justifica-se a contratação de empresa(s) para realização de exames laboratoriais de análises aos munícipes de Diamantina/MG, o acesso a exames laboratoriais é de suma importância, uma vez que facilitam a realização de ações preventivas e possibilitam o diagnóstico precoce de diversas patologias. Isso pode resultar em tratamentos mais eficazes, menos custosos e maior probabilidade de cura e/ou controle de doenças e devido ao Laboratório Municipal não possuir estrutura e pessoal habilitado para a demanda necessária, uma vez que ele não possui equipamentos específicos para determinados exames e nem profissionais suficientes. Além disso, diante da necessidade de cumprir os princípios fundamentais do SUS, especialmente os preconizados na Constituição Federal de 1988, devendo ser garantido o direito à saúde a todas as pessoas, impondo ao Estado e aos municípios a obrigação de prestar a assistência integral à saúde.

4. FORMA, PRAZO E LOCAL

4.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Executar o serviço contratado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnico-profissionais a ele pertinentes e as especificações constantes neste instrumento.

4.1.2. Possuir unidade física e infraestrutura amparada por liberação Sanitária Municipal ou Estadual, no Município de Diamantina/MG a ser compatível com o item para a qual irá prestar o serviço. É necessário que os laboratórios estejam situados na cidade de Diamantina para facilitar o acesso dos pacientes para a realização dos exames e para a retirada dos resultados. Além disso, haveria um alto custo para a administração transportar todos os pacientes para outros municípios para a realização dos exames, o que não é viável economicamente para a administração.

4.1.3. Dispor de capacidade técnica para a realização dos procedimentos contratados.

4.1.4. A referida mão de obra será de inteira responsabilidade do Prestador de Serviço e não terá qualquer vínculo empregatício com o Município, sendo, ainda, de sua responsabilidade, todos os encargos previdenciários, sociais e de qualquer natureza decorrentes da relação de trabalho.



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 4.1.5. Disponibilizar a agenda de atendimento, até o dia 20 do mês anterior à execução do serviço, no sistema próprio da SMS - Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina.
- 4.2 Os exames serão executados no ponto de coleta ou na sede do contratado de segunda-feira a sexta-feira sob o regime unitário, das 7 às 16 horas, sendo a solicitação dos exames encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, através de requisição emitida por médicos das Unidades de Saúde do Município e/ou referências regional e estadual aos pacientes usuários do SUS.
- 4.3 Os resultados dos exames devem ser entregues em um prazo máximo de 48 horas, com exceção dos exames de maior complexidade, cujo prazo será acordado previamente.
- 4.4 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 4.4.1. Os materiais de uso individual e descartáveis para cada paciente deverão atender todas as normas técnicas em conformidade com a legislação vigente.
- 4.4.2. Possuir os alvarás sanitário necessários expedidos pelo ANVISA, bem como os certificados de capacidade técnica de fornecedores de prestação de serviços de laboratório de análise clínica; devendo comunicar ao Município, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- 4.4.3. O estabelecimento deverá apresentar e está dentro das normas técnicas exigidas por lei específica do órgão regulador ANVISA.
- 4.4.4. Responsabilizar-se pelo uso adequado dos EPI's e EPC's, conforme necessidade e obrigatoriedade das tarefas a serem executadas. Os instrumentos (EPI's e EPC's) deverão ser utilizados somente quando em serviço, devendo o prestador de serviço fiscalizar o uso adequado por parte de seus empregados e o correto cumprimento das normas e medidas de segurança. Para tanto o prestador de serviço deverá instruir seus empregados quanto às normas e procedimentos de prevenção a acidentes de trabalho e utilização de equipamentos de segurança do trabalhador.
- 4.4.5. Disponibilizar e responsabilizar-se por todo material e estrutura física e operacional para a efetivação dos atendimentos que lhes forem encaminhados ou solicitados.
- 4.4.6. Preencher adequadamente e integralmente todos os formulários e/ou prontuários físicos/eletrônicos, contra referências, fichas de produção e outros, de forma manual ou informatizada, conforme ferramenta a ser disponibilizada pelo Município.
- 4.4.7. Os formulários de preenchimento manual, conforme normas do Conselho Federal de Medicina deverão ser preenchidos com LETRA LEGÍVEL, contendo data, carimbo e assinatura do profissional responsável.
- 4.4.8. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços objeto deste instrumento. Em caso que de impossibilidade de realização dos serviços contratados, e devidamente justificada, comunicar antecipadamente (antecedência mínima de 72 horas) ao Setor Requisitante do Município, para que seja reorganizada a agenda de atendimento.
- 4.4.9. Ocorrendo fatos que evidenciem caso fortuito ou força maior, de modo que o Prestador de Serviço tenha que desmarcar o atendimento, este será remarcado para o primeiro dia desimpedido.
- 4.4.10. Ofertar o (s) procedimento (s) para todas as faixas etárias de usuários.
-



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

4.4.11. Submeter-se ao controle do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, disponibilizando intempestivamente e na íntegra as informações e documentação solicitadas.

4.4.12. Responsabilizar-se pela preservação dos prontuários médicos e demais documentos gerados a partir da assistência prestada aos usuários, conforme normas e prazos definidos em legislação vigente.

4.4.13. Manter registros de manutenções preventivas/inspeções e corretivas, bem como comprovar periodicamente, a critério do Município, a realização de constantes aferições dos equipamentos e instrumentos junto a empresas habilitadas.

4.4.14. A contratação perdurará pelo prazo de duração do contrato (12 meses), podendo o contrato ser prorrogado.

4.4.15. Os exames realizados deverão ser entregues impressos e lacrados para os munícipes examinados.

4.5. Sustentabilidade ambiental:

4.5.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) obedecer ao(s) seguinte(s) critério(s) de sustentabilidade ambiental:

A) Uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

B) Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, como:

- Resolução – RDC ANVISA nº 222/2018;
- Resolução RDC – ANVISA nº 15/2012;
- Resolução CONAMA nº 358/2005, bem como legislação complementar, correlata e alterações supervenientes.

C) Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores do serviço de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciado na Norma Regulamentadora NR ABNT 32;

D) Boas práticas para o processamento de produtos de saúde;

E) Destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde;

F) Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da ANVISA e INMETRO, se existentes.

5. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão recebidos:

5.1.1 O recebimento do serviço dar-se-á definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a conclusão, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo fiscal do contrato.

5.1.2 Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte a contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a prestação.



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

5.1.3. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o respectivo valor será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.1.4. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

6. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

6.1.1. GESTOR DO CONTRATO: Kênnia Rafaelle da Silveira Nascimento, cargo: Gerente de Planejamento da Saúde, matrícula 95227, e-mail: finsaudepmd@gmail.com, Telefone: 3531-7203.

6.1.2. FISCAL DO CONTRATO: Eva Elane da Silva Andrade, cargo: Diretora de Regulação, Controle e Avaliação: 548, e-mail: reg.saude@diamantina.mg.gov.br, Telefone: (38) 3531-9467.

6.2. Do Gestor de Contrato

Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 19;

II - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 19;

VI - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133 de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VIII - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

X - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde, através da Diretoria competente, poderá disponibilizar modelos que deverão ser observados para fins de cumprimento do disposto neste artigo.

6.3. Do Fiscal Administrativo

Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, adotar as providências necessárias.

IV - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21;

VI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21;

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7 - DA DOCUMENTAÇÃO

7.1. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme definido pelo setor de licitação.

7.2 Alvará de licença de localização e funcionamento do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.

7.3 Alvará Sanitário atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual.

7.4 Indicação do endereço, telefone e e-mail para contato com o responsável pelo credenciamento, bem como indicação dos dias e horários de funcionamento.



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7.5 Qualificação técnica:

7.5.1 A comprovação de aptidão será feita por atestados fornecidos por pessoa física de direito público ou privado, comprovando que o autor-fotógrafo tenha realizado a contento, serviço com característica similar, equivalente ou superior ao exigido.

7.5.2 Comprovação de registro do estabelecimento da empresa proponente no conselho profissional regional competente, nos termos do artigo 1º, da Lei Federal nº 6.839/1980, dentro do prazo de validade.

7.5.3 Comprovação do registro da empresa proponente no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, compatível com o objeto a ser contratado.

7.5.4 Comprovação de registro dos profissionais inscritos no CNES da proponente, os quais irão executar a prestação de serviço, compatível com a especialidade do objeto deste termo.

7.5.5 Comprovação de registro profissional no conselho regional (Minas Gerais) competente, compatível com a especialidade do objeto deste termo, de todos os profissionais que pertençam ao quadro profissional da empresa e que serão os responsáveis pela prestação do serviço.

7.5.6 Certificação referente à especialidade profissional, atestando a habilitação de todos os profissionais que pertençam ao quadro profissional da empresa e que serão os responsáveis pela prestação do serviço.

8. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

8.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

8.1.3. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

8.1.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

8.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

8.1.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

8.1.8. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços; 8.1.9. Não permitir a utilização de trabalho de menor;



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 8.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.11. Dispor dos materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a realização do serviço.
- 8.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- 8.1.13. Fornecer toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução do instrumento contratual, conforme a necessidade do serviço a ser prestado. A referida mão de obra será de inteira responsabilidade do Prestador de Serviço e não terá qualquer vínculo empregatício com o Município, sendo, ainda, de sua responsabilidade, todos os encargos previdenciários, sociais e de qualquer natureza decorrentes da relação de trabalho.
- 8.1.14. Informar por escrito ao Setor Requisitante, de imediato, quaisquer irregularidades observadas nas instalações e/ou no andamento dos serviços para adoção das providências que se fizerem necessárias.
- 8.1.15. Providenciar a imediata substituição dos empregados que se encontrarem em período de férias, licença ou por outro motivo de qualquer afastamento de suas funções.
- 8.1.16. Assumir inteira responsabilidade administrativa, civil e penal, por quaisquer danos materiais, pessoais e morais que possam advir, direta ou indiretamente ao Município, seus servidores ou a terceiros, causados por seus empregados no cumprimento de suas funções, por ações ou omissões, arcando com a obrigação da indenização devida.
- 8.1.17. Responsabilizar-se pelo uso adequado dos EPI's e EPC's, conforme necessidade e obrigatoriedade das tarefas a serem executadas. Os instrumentos (EPI's e EPC's) deverão ser utilizados somente quando em serviço, devendo o prestador de serviço fiscalizar o uso adequado por parte de seus empregados e o correto cumprimento das normas e medidas de segurança. Para tanto o prestador de serviço deverá instruir seus empregados quanto às normas e procedimentos de prevenção a acidentes de trabalho e utilização de equipamentos de segurança do trabalhador.
- 8.1.18. Controlar o cumprimento do horário de prestação de serviços e zelar pela boa apresentação dos seus empregados.
- 8.1.19. Cumprir e fazer cumprir as leis, decretos, instruções normativas e regulamentares, portarias e notas técnicas emitidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e saúde no trabalho e, em especial, a Portaria 3214 MTB, de 08/06/78, e as Normas Regulamentares de Segurança e Saúde do Trabalho, aplicáveis aos serviços.
- 8.1.20. Dirimir toda e qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do instrumento contratual durante toda a sua vigência, a pedido do Município.
- 8.1.21. Arcar com todas as despesas de pagamentos de seguros, tributos, impostos, taxas, encargos sociais e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, cíveis, previdenciária e criminal, caso devidos em decorrência da prestação dos serviços médicos.
- 8.1.22. Garantir a assistência igualitária e integral, sem discriminação de qualquer natureza aos usuários do SUS, bem como a igualdade de acesso e qualidade do atendimento nas ações e serviços contratados.
-



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

8.1.23. Iniciar a prestação de serviço imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo setor requisitante, e prestar os serviços de acordo com a escala organizada e fornecida previamente pelo próprio Prestador de Serviço, em comum acordo com o setor requisitante.

8.1.24. Cumprir as quantidades de procedimentos conforme aquilo que lhe for adjudicado.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

8.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

8.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.7. Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado do Prestador de Serviço, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente e/ou insuficiente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais.

8.2.8. Suspender, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.

8.2.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços.

9. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

9.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base nos valores da tabela SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPME do SUS que poderá ser consultada no endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

10. SANÇÕES APLICÁVEIS

10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:
- 10.2.1. Advertência por escrito;
- 10.2.2. Multa, nos seguintes termos:
- 10.2.2.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- 10.2.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;
- 10.2.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar.
- 10.2.3.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1. incisos II, III, IV, V, VI e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Diamantina, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1. incisos VIII, IX, X, XI e XII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 10.2.3.1. e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.3. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
- 10.3.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
-



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 10.3.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas; 10.3.3. Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;
- 10.3.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- 10.3.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- 10.3.6. Prestação de serviço de baixa qualidade ou fornecimento de bens de baixa qualidade;
- 10.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3 e 10.2.4.
- 10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 10.6. A administração direta e indireta deverá, no prazo máximo de quinze dias, contados da data da aplicação da sanção da qual não caiba mais recurso, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS - e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e no Cadastro de Fornecedores do Município de Diamantina.

11. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

- 11.1 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de 30 dias corridos da data do recebimento definitivo, com base na(s) Nota(s) Fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.
- 11.1.1 O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal do contrato.
- 11.1.2. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo CONTRATANTE.
- 11.1.3. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da CONTRATADA.
- 11.2. Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto a nota fiscal dos serviços, a seguinte documentação:
- I - Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;
 - II - Relatório de Prestação de Serviços, devidamente atestado e aprovado pelo Fiscal do Contrato e ou pelo responsável pelo setor requisitante do serviço.
- 11.3. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

12. PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. O prazo de contratação será determinado de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/21. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente por descumprimento das cláusulas contratuais.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados somente serão reajustados quando houver alteração na tabela SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPME do SUS.

13.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01.1622.10.0302.0005.2045.3.3.90.39.00.00

Fonte: 1.500.000.1002.000

Ficha: 1400

Fonte: 1.600.000.0000.000

Ficha: 1401

16 - CONTA CORRENTE:

16.1. Banco do Brasil

Agência 0344-1 C/C: 47871-7

16.2. Caixa Econômica Federal

Agência 0112 C/C: 624065-6

17 - ORIGEM DOS RECURSOS:

17.1. (x) Federal; () Estadual; (x) Recursos próprios; () Outros _____

Diamantina, 18 de setembro de 2024.

Liliany Mara Silva Carvalho
Secretária Municipal de Saúde
Gestora do SUS

Eva Elane da Silva Andrade
Diretora de Regulação, Controle e Avaliação
Matrícula: 548



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão social ou Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

Telefone de Contato: _____

E-mail: _____

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome Representante Legal: _____

CPF: _____

Grupo:			
Subgrupo:			
Forma de Organização:			
Procedimento	Valor Unitário R\$	Quantidade Anual	Valor Anual

Diamantina, ____ de _____ de 2024.

Nome/Assinatura



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
DA HABILITAÇÃO**

(MODELO)

(Nome da pessoa jurídica), _____,
CNPJ nº _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data,
inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Credenciamento, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Diamantina, ____ de _____ de 2024.

Nome/Assinatura



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INC. XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaramos em atendimento ao previsto ao Chamamento Público para Credenciamento nº. XXXXX, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso VI do artigo 68 da Lei 14.133/2021.

Diamantina, _____ de _____ de 2024.

Nome/Assinatura



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE DIAMANTINA**

(MODELO)

(Nome da pessoa jurídica), _____,
CNPJ nº _____, declara, sob as penas da lei, que o (s) proprietário (s)
e/ou Diretor e/ou provedor da pessoa jurídica interessada no Chamamento Público para
Credenciamento nº. XXXXX, não pertence (m) ao quadro de servidores públicos do Município
de Diamantina (art. 9º, inciso III, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

Diamantina, ____ de _____ de 2024

Nome/Assinatura



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

(A pessoa jurídica) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara que concorda em realizar a prestação de serviços conforme condições constantes no Termo de Referência do Chamamento Público para Credenciamento nº XXXXXX, que atenderá a solicitação realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Diamantina, _____ de _____ de 2024.

Nome/Assinatura



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO VII - REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

Ao: MUNICÍPIO DE DIAMANTINA

A pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ ou CPF sob o número _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, em atenção ao Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº. XXXXX, comparece perante vossas senhorias para apresentar a documentação exigida e solicitar seu credenciamento para a prestação de serviços conforme proposta anexa.

Igualmente, informa que concorda com todas as condições estipuladas no edital.

Diamantina, ____ de _____ de 2024.

Nome/Assinatura



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º XX/202X

Contrato que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, e [instituição financeira] XX.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, entidade de Direito Público com sede à Rua da Glória, 394, Centro, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, inscrito sob CNPJ nº 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo senhor Prefeito Municipal, senhor XX, e o(a) Secretário(a) Municipal de XX, o senhor(a) XX; e

CONTRATADO (A): XX, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº XX, sediado(a) na XX neste ato representado(a) por XX (nome), conforme documentação apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº Administrativo nº. XXX/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n. XX (número/ano), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é XXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência que, juntamente com a proposta da Contratada, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

1.1 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				
2				

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 A Autorização de Contratação Direta
- 1.2.3 A Proposta do contratado;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XX contados do(a) XX, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ XX.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Para fins de atualização dos preços, será utilizado o reajuste aplicado conforme Tabela SUS, quando houver.

7.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

8.1.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado do Prestador de Serviço, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente e/ou insuficiente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais.

8.1.8. Suspender, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

8.1.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

9.1.3. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

9.1.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

9.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

9.1.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

9.1.8. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços; 8.1.9. Não permitir a utilização de trabalho de menor;

9.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.10. Dispor dos materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a realização do serviço.

9.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

9.1.12. Fornecer toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução do instrumento contratual, conforme a necessidade do serviço a ser prestado. A referida mão de obra será de inteira responsabilidade do Prestador de Serviço e não terá qualquer vínculo empregatício com o Município, sendo, ainda, de sua responsabilidade, todos os encargos previdenciários, sociais e de qualquer natureza decorrentes da relação de trabalho.

9.1.13. Informar por escrito ao Setor Requisitante, de imediato, quaisquer irregularidades observadas nas instalações e/ou no andamento dos serviços para adoção das providências que se fizerem necessárias.

9.1.14. Providenciar a imediata substituição dos empregados que se encontrarem em período de férias, licença ou por outro motivo de qualquer afastamento de suas funções.



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

9.1.15. Assumir inteira responsabilidade administrativa, civil e penal, por quaisquer danos materiais, pessoais e morais que possam advir, direta ou indiretamente ao Município, seus servidores ou a terceiros, causados por seus empregados no cumprimento de suas funções, por ações ou omissões, arcando com a obrigação da indenização devida.

9.1.16. Responsabilizar-se pelo uso adequado dos EPI's e EPC's, conforme necessidade e obrigatoriedade das tarefas a serem executadas. Os instrumentos (EPI's e EPC's) deverão ser utilizados somente quando em serviço, devendo o prestador de serviço fiscalizar o uso adequado por parte de seus empregados e o correto cumprimento das normas e medidas de segurança. Para tanto o prestador de serviço deverá instruir seus empregados quanto às normas e procedimentos de prevenção a acidentes de trabalho e utilização de equipamentos de segurança do trabalhador.

9.1.17. Controlar o cumprimento do horário de prestação de serviços e zelar pela boa apresentação dos seus empregados.

9.1.18. Cumprir e fazer cumprir as leis, decretos, instruções normativas e regulamentares, portarias e notas técnicas emitidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e saúde no trabalho e, em especial, a Portaria 3214 MTB, de 08/06/78, e as Normas Regulamentares de Segurança e Saúde do Trabalho, aplicáveis aos serviços.

9.1.19. Dirimir toda e qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do instrumento contratual durante toda a sua vigência, a pedido do Município.

9.1.20. Arcar com todas as despesas de pagamentos de seguros, tributos, impostos, taxas, encargos sociais e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, cíveis, previdenciária e criminal, caso devidos em decorrência da prestação dos serviços médicos.

9.1.21. Garantir a assistência igualitária e integral, sem discriminação de qualquer natureza aos usuários do SUS, bem como a igualdade de acesso e qualidade do atendimento nas ações e serviços contratados.

9.1.22. Iniciar a prestação de serviço imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo setor requisitante, e prestar os serviços de acordo com a escala organizada e fornecida previamente pelo próprio Prestador de Serviço, em comum acordo com o setor requisitante.

9.1.23. Cumprir as quantidades de procedimentos conforme aquilo que lhe for adjudicado.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
-



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv. Multa:
 - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.
 - 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.
 - 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 30% do valor do Contrato.
 - 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 30% do valor do Contrato.
- 11.3. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de XX% a XX% do valor do Contrato.
- 11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor,
-



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5 O contrato poderá ser extinto:

12.5.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.5.2 Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: XX;
- II. Fonte de Recursos: XX;
- III. Programa de Trabalho: XX;
- IV. Elemento de Despesa: XX;
- V. Plano Interno: XX;
- VI. Nota de Empenho: XX;

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)



MUNICÍPIO DE DIAMANTINA/MG
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Sete Lagoas/MG, Seção Judiciária de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, na hipótese em que envolva interesse da União Federal, ou da Comarca de Diamantina/MG, nos demais casos, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Diamantina/MG, [dia] de [mês] de [ano].

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

XX
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE XX
CONTRATANTE

[NOME DA EMPRESA]
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:
